



“As outras vozes”: Percurso feminino, cultura política e processos emancipatórios na Guiné-Bissau

Patrícia Alexandra Godinho Gomes

Universidade Federal da Bahia (UFBA)
patuxagomes@gmail.com

Resumo: Na Guiné-Bissau, a luta armada de libertação nacional desencadeada entre os anos 1960 e 1970 conseguiu aglutinar em torno de uma causa comum os diferentes povos. Nesse processo, as mulheres participaram ativamente. No entanto, a questão que se coloca é a de saber em que se traduziu a participação feminina nesse processo e quais foram as reivindicações nele geradas. Quais foram as conquistas e os limites da independência e o seu impacto nas mulheres? O texto procura discutir, a partir de algumas narrativas de mulheres que participaram de forma direta ou indireta no processo de independência, e com base em uma análise documental e bibliográfica e em perspectiva de gênero, os principais momentos da construção da cidadania e de uma cultura política entre as mulheres guineenses.

Palavras-chave: colonialismo, luta de libertação, emancipação feminina

Abstract: In Guinea-Bissau, the armed struggle for national liberation unleashed between the 1960s and 1970s managed to coalesce around a common cause different people. In this process, women participated actively. However, the question that arises is on which way female participation occurred and what were the claims generated within the process. What were the achievements and limits of independence and its impact on women? Based on life stories of women who participated directly or indirectly in the independence process, on documental and bibliographical analysis and from a gender perspective, the article discusses the main

steps of the building citizenship of the Guinean women.

Key-words: Colonialism, liberation struggle, women emancipation

“O renascimento africano dependerá da forma como se apresentar a história. É preciso escrever a nossa história de acordo com a história da nossa sociedade, não como resultado das aventuras europeias. A sociedade africana deve ser entendida como reflexo dela mesma, e os contatos com os europeus devem figurar como parte da experiência dos africanos, mesmo se se tratou de uma experiência mais importante do que todas as outras experiências...”
(Kwame Nkrumah, *Présence Africaine*, 1976)

Introdução

O meu interesse de forma mais sistemática pelos estudos sobre as mulheres teve início nos finais dos anos noventa, durante a condução das pesquisas que estiveram na origem da minha tese de doutorado¹. Nos arquivos, fui encontrando aqui e ali documentos que narravam os feitos do Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (P.A.I.G.C.) e da participação das mulheres na luta de independência da Guiné-Bissau. Encontrei várias referências à participação feminina na luta armada e na reconstrução nacional, na Guiné-Bissau e em Cabo Verde, mas muito raramente li relatos de mulheres nesse mesmo processo². Apercebi-me que me encontrava perante uma realidade de quase total ausência e de invisibilidade das vozes femininas na história da libertação da Guiné-Bissau, ou seja, o que chamaria de “as outras vozes” da história. Foi então que iniciei a reflexão sobre a necessidade de conhecer de forma mais detalhada e aprofundada a participação das mulheres guineenses na luta pela emancipação e pela independência.

O contexto que então se vivia caracterizava-se por profundas transformações sócio-políticas e estruturais não apenas na Guiné-Bissau mas a nível mais global do continente africano- a época imediatamente sucessiva à “onda” dos processos de democratização, contexto marcado

¹ A tese de doutorado em História e Instituições da Ásia e da África Moderna e Contemporânea, XIII Ciclo (1998-2001), do título “A nova ordem social criada pelo Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde-P.A.I.G.C. nas zonas libertadas da Guiné-Bissau (1963-1973)”, foi defendida na Universidade de Cagliari (Itália), em outubro de 2003.

² GOMES, Patrícia. Guiné Bissau e Isole di Cabo Verde: partecipazione femminile alla lotta politica., Bianca Maria Carcangiu (Org.). *Donne e Potere nel continente africano*. Torino: l’Harmattan Italia, 2004, (192-244).

por reivindicações sociais e lutas políticas que certamente contribuíram para suscitar ulteriormente o meu interesse pelo tema.

Um dos principais indicadores dos avanços e dos revezes da luta armada na Guiné-Bissau estava precisamente ligado ao processo de libertação das mulheres e ao grau de participação e de visibilidade que elas tinham adquirido na sociedade. Paralelamente, comecei por compreender mais a fundo que os debates e as questões de gênero tinham constituído um ponto de rutura em relação ao projeto societário pensado para depois da tomada do poder pelas forças nacionalistas³. Fui-me interrogando sobre os destinos da Guiné-Bissau e dos países africanos de forma mais geral, sobre a trajetória das mulheres e sobre a forma como a História de África tinha sido por muito tempo narrada. Dei-me conta da necessidade de escutar as vozes ocultadas da História contemporânea da Guiné-Bissau, mas, acima de tudo, vozes femininas protagonistas dos processos emancipatórios.

Por outro lado, a dominação colonial do continente africano não foi de natureza exclusivamente militar, política e econômica. Para alcançar a plena eficácia, o colonialismo europeu e os seus métodos de aplicação tiveram que ser justificados e legitimados também nos planos moral, filosófico e religioso⁴. A hegemonia da Europa em relação ao resto do mundo acabou por legitimar o conhecimento científico ocidental como única forma válida de saber, anulando outras bases epistemológicas do conhecimento noutras partes do mundo. Como referiu Théophile Obenga⁵, entre a segunda metade do século XIX e as primeiras décadas do século XX, a ideologia colonialista afirmaria a “inferioridade” africana, mencionando que a organização de entidades sócio-políticas bem estruturadas no continente africano só poderia derivar de uma vontade externa e não a partir de uma iniciativa endógena. Essa visão acabaria por influenciar de forma marcada o colonizado, estando também na origem daquilo a que Amílcar Cabral identificaria como uma espécie de “timidez de vontade própria”, referindo-se especificamente à

³ O projeto foi integrado no Programa Maior do P.A.I.G.C. elaborado em 1963, que visava a reconstrução nacional na Guiné-Bissau. Os temas da educação e da cultura para todos constituíram objeto de particular atenção e de interesse {(sobre o tema veja-se GODINHO GOMES, Patrícia. *Os fundamentos de uma nova sociedade : o P.A.I.G.C. e a luta armada na Guiné-Bissau (1963-1973)*. Torino: L'Harmattan Italia, 2010 (91-104)}.

⁴ PLUMELLE-URIBE, Rosa Amélia. *La ferocité blanche des non blanches aux non aryens, génocides occultés de 1492 a nous jours*. Paris: Albin Michel, 2001.

⁵ OBENGA, Théophile. *Cheikh Anta Diop, Volney et les Sphinx*. Paris: Présence Africaine/Khépera, 1998 (47-65)

falta de uma visão política que por muito tempo caracterizou o intelectualismo africano⁶. Neste sentido, e como defendeu Valentin-Yves Mudimbe⁷, “o processo de invenção de África, a visão homogênea, primitiva e bárbara acabou por povoar o imaginário e a própria ideia de África”. Essa realidade iria provocar reações de revolta e de contraposição de africanos e de afro-descendentes em relação à ideologia imperialista. O continente africano deveria retomar o seu lugar na história da humanidade e os africanos deveriam reapropriar-se da sua historicidade.

No caso dos países de língua oficial portuguesa, e mais precisamente no dealbar dos anos cinquenta do século XX, a natureza repressiva das estruturas coloniais tinha provocado, de forma geral, reações de revolta e de reivindicações das populações africanas em relação ao sistema colonial, em particular em alguns setores rurais e entre os jovens estudantes das colônias e da diáspora⁸. A política “assimilacionista” praticada decretava como “não civilizadas” as populações nativas da Guiné, de Angola e de Moçambique, obrigando as mesmas a passar por um “teste de civilização” a fim de adquirir direitos de cidadania⁹. A criação de mecanismos legais de segregação praticada através de um sistema jurídico e institucional erguido exclusivamente para os sujeitos coloniais seria o primeiro passo no sentido de discriminar os africanos no contexto de Estado colonial. Ser “civilizado” significava, fundamentalmente, a interiorização dos pressupostos racistas da política colonial e se traduzia na condição essencial para se tornar “cidadão”. Em síntese, e como refere Peter Karibe Mendy¹⁰, os “civilizados” permaneciam espiritual e psicologicamente amputados de África, de tal forma que esforços especiais tiveram que ser feitos no sentido de “reafricanizá-los”.

⁶ LOPES, Carlos. O legado de Amílcar Cabral diante dos desafios da ética contemporânea. LOPES, Carlos (Org.), *Desafios contemporâneos da África. O legado de Amílcar Cabral*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 2011, (185-203, cit.192).

⁷ FURTADO, Cláudio. Desafios teóricos e metodológicos nos estudos de África: possibilidades e limites. CARVALHO, Maria Rosário, FURTADO, Cláudio, BARBOSA CORREIA Wesley, VINHAS, Wagner (Orgs.), *Estudos étnicos e africanos. Revisitando questões teóricas e metodológicas*. Salvador: EDUFBA, 2014, (19-42, cit.19).

⁸ A geração da Casa dos Estudantes do Império, de que fizeram parte Amílcar Cabral, Mário Pinto de Andrade, Agostinho Neto, Alda Espírito Santo, entre outros, são alguns exemplos de jovens que através da sua ação intelectual tinham dado início, entre os anos quarenta e os anos cinquenta do século XX, a uma importante luta intelectual e política contra a ideologia colonialista {para aprofundamento veja-se CABRITA MATEUS, Dalila. A luta pela independência. A formação das elites fundadoras da FRELIMO, M.P.L.A. e P.A.I.G.C. Mem-Martins: Editorial Inquérito1, 999}.

⁹ Op.cit

¹⁰ KARIBE-MENDY, Peter. Amílcar Cabral e a libertação da Guiné-Bissau: contexto, desafios e lições para uma liderança africana., LOPES, Carlos (Org.). *Desafios contemporâneos da África. O legado de Amílcar Cabral*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 2011, (15-33, em especial p.22).

Nesta perspectiva, a consciencialização dos povos sobre a importância do conhecimento da história no destino das nações constituiu elemento central a partir do qual os intelectuais das independências analisaram a condição de subalternidade das populações, tendo a cultura¹¹ constituído o elemento central de boa parte dos seus discursos políticos. Na Guiné-Bissau, como refere Mendy¹², “os diferentes grupos étnicos partilharam uma causa comum e interagiram durante a luta armada. Acreditaram nas mesmas palavras de ordem e descobriram objetivos coletivos”. Neste processo, as mulheres assumiram um papel importante. No entanto, a questão que se coloca é a de saber em que se traduziu a sua participação e quais foram as reivindicações femininas nele geradas. Quais foram as conquistas e os limites da independência e o seu impacto nas mulheres? E ainda, que discursos foram produzidos e quais foram as práticas? A partir de algumas narrativas de mulheres que participaram de forma direta ou indireta no processo de independência da Guiné-Bissau¹³, e a partir de uma análise documental e bibliográfica, tentarei demonstrar, a partir de uma perspectiva histórica, quais foram os principais momentos da construção da cidadania das mulheres guineenses.

De combatentes a cidadãs

Abordar o tema da participação feminina na construção da cidadania ativa na Guiné-Bissau é um exercício complexo. Nesse país, as mulheres insurgiram-se ao lado dos homens desde os tempos da resistência à conquista colonial e também durante a luta pela independência. Demonstraram uma reconhecida capacidade em se implicar em ações em prol da preservação e da restauração da liberdade confiscada durante a experiência colonial¹⁴. Figuras imponentes como

¹¹ A cultura, na visão de Amílcar Cabral era entendida como fruto da história de uma determinada comunidade humana, que contém em si aspetos essenciais e secundários, bem como virtudes e defeitos e ainda aspetos positivos e negativos. No caso guineense, a compreensão da riqueza dos valores culturais das populações rurais permitiu ao movimento de libertação liderar uma luta de sucesso (veja-se CABRAL, Amílcar. A cultura nacional. Mário de ANDRADE (Org.), *Obras escolhidas de Amílcar Cabral-A arma da teoria. Unidade e luta*. Vol.I, (221-247, em particular 230).

¹² KARIBE-MENDY, Peter. Amílcar Cabral e a libertação da Guiné-Bissau: contexto, desafios e lições para uma liderança africana., LOPES, Carlos (Org.). *Desafios contemporâneos da África. O legado de Amílcar Cabral*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 2011,(32).

¹³ As vozes das mulheres que aqui trago fazem parte de uma mais ampla pesquisa na qual estou atualmente empenhada, no âmbito do meu projeto de pesquisa sobre “Biografias femininas e lutas de libertação nos PALOP: os casos da Guiné-Bissau, de Angola e de Moçambique”, aprovado pelo Programa Multidisciplinar de Estudos Étnicos e Africanos, PósAfro da UFBA, em Dezembro de 2014.

¹⁴ O’BARR, Jean. African women in politics. HAY, Margaret e STITCHER, Sharon (Eds.). *African women south of the Sahara*. Essex: Longman, 1984, (140-155); URDANG, Stephanie. Women in contemporary national liberation

a da rainha Pampa da sociedade Bijagó que, no início do século XX, travou uma batalha sem tréguas contra a penetração portuguesa; histórias de mulheres responsáveis políticas como Carmem Pereira ou Teodora Inácia Gomes, ou de comandantes militares como Titina Sila, ou de governantes de largas regiões como Francisca Pereira, histórias de mulheres como Tenem Camara, membro de um dos Tribunais Populares instituídos nas áreas libertadas, nos anos 60 do século XX; as experiências históricas de Ana Lopes, de Lurdes Vaz e de Nhima Muskuta Turé, técnicas especializadas, enfermeiras e membros das milícias populares, todas elas contribuem para a construção de uma outra visão da História que procura resgatar as experiências sociais e políticas de homens e de mulheres, numa tentativa permanente de um reconhecimento social e da procura de auto-estima.

No seu discurso político, Amílcar Cabral¹⁵ evidenciou o papel fundamental das mulheres na revolução e no processo de construção nacional. O sucesso de qualquer tipo de transformação social, segundo a sua análise, consistia “em constatar de que forma a mulher participa no mais amplo processo de libertação da sociedade (...). A nossa revolução nunca será vitoriosa se não conseguirmos a plena participação das mulheres”¹⁶. Todavia, qual foi o significado da libertação das mulheres para homens como Amílcar Cabral e para os seus movimentos? E de que forma se passou do discurso para a prática, sempre que tal se tenha efetivamente verificado?

movements. HAY, Margaret e STITCHER, Sharon (Eds.). *African women south of the Sahara*. Essex: Longman, 1984, (156-169); URDANG, Stephanie. But we have to fight twice. Reflections on the contribution of Amílcar Cabral to the liberation of women. MANJI, Firoze, FLETCHER JR., Bill (Eds). *Claim no easy victories. The legacy of Amílcar Cabral*. Dakar: CODESRIA/Daraja Press, 2013, (.273-278).

¹⁵ Sobre a biografia de Amílcar Cabral e a luta armada na Guiné-Bissau vejam-se: ANDRADE, Mário de *Amílcar Cabral-uma biografia política*. Praia (Cabo Verde): Fundação Amílcar Cabral, 2014; DAVIDSON, Basil., *Unity and struggle: speeches and writings of Amílcar Cabral*. Monthly Review Press, 1979; DAVIDSON, Basil. *The liberation of Guiné: Aspects of an African Revolution*, Harmondworth: Penguin, 1968; CHALIAND, Gérard. *Armed struggle in Africa: with the guerrillas in “Portuguese” Guinea*. New York: Monthly Review Press, 1969; RUDEBECK, Lars. *Guinea-Bissau: a study of political mobilization*. Uppsala: The Scandinavian Institute of African Studies, 1974; IGNATIEV, Oleg. *Amílcar Cabral, filho de África: narração biográfica*, Lisboa, Prelo, 1975; URDANG, Stephanie. *Fighting two colonialisms: Women in Guinea-Bissau*. New York: Monthly Review Press, 1979; CHABAL, Patrick. *Amílcar Cabral: revolutionary leadership and people’s war*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983; DHADA, Mustafah. *Warriors at work, how Guinea was really set free*. Niwot: University Press of Colorado, 1993; LOPES, Carlos. Special issue on Amílcar Cabral, *African identities*, London, Routledge, 2005; GODINHO GOMES, Patrícia. *Os fundamentos de uma nova sociedade: o P.A.I.G.C. e a luta armada na Guiné-Bissau*, Torino: L’Harmattan Italia, 2010; SOARES SOUSA, Julião. *Amílcar Cabral, vida e obra de um revolucionário*, Lisboa, Vega, 2011; MANJI, Firoze, FLETCHER JR., Bill (Eds). *Claim no easy victories. The legacy of Amílcar Cabral*. Dakar: CODESRIA/Daraja Press, 2013.

¹⁶ PAIGC, *Rapport sur le role politique-social et économique de la femme en guinée et aux iles du cap vert*, Conacry, 1972, p.5, Fundação Amílcar Cabral, Praia (Cabo verde).

No caso da Guiné-Bissau, a questão da emancipação feminina foi tema de debate político no seio do movimento de libertação e abordado continuamente nos discursos de Amílcar Cabral¹⁷. Não eram poucas as vezes que, em diálogo com mulheres e com homens das áreas libertadas, Cabral se referia ao problema dos casamentos forçados e para a necessidade de educar as meninas como forma de as autonomizar e de torná-las livres e aptas a fazerem as próprias escolhas, quer no trabalho, quer na vida privada¹⁸. No âmbito do ensino e da educação, o esforço realizado durante a luta armada desenvolvida entre 1963 e 1973-74 foi no sentido de contribuir para a edificação de uma cultura nacional ancorada nos valores dos diferentes grupos sociais e inspirada pelas aquisições de uma cultura científica universal. Esta visão societária teria favorecido, na interpretação de Amílcar Cabral, “a desconstrução política e econômica do discurso colonial, a criação e consolidação de uma capacidade endógena capaz de romper com os modelos teóricos e epistemológicos existentes”¹⁹. Mas esse caminho exigiria como refere Eliso Macamo²⁰, “o desenvolvimento de um campo intelectual autônomo de reflexão e de análise que permitisse aos intelectuais africanos um comprometimento mais direto com as realidades sociais africanas”. Foi nesse sentido que Amílcar Cabral defendeu o conhecimento da realidade como condição de luta pelas independências e pelo desenvolvimento.

A educação dos jovens e das meninas em particular deveria ser priorizada, mas com base no mérito e nas capacidades individuais²¹. E era no contexto da libertação que essas capacidades deveriam ser criadas e as bases do Estado construídas e não *a posteriori*. Surge então uma questão essencial: em que medida esse discurso político foi apropriado pelas mulheres guineenses e por elas partilhado? E ainda, a que objetivos respondia tal discurso? A ampliação da luta armada e a necessidade de organizar um movimento de libertação autônomo iriam contribuir para a incorporação das mulheres no processo de construção nacional. Constituindo a maioria da

¹⁷ GODINHO GOMES, Patrícia. Amílcar Cabral and Guinean women in the fight for emancipation. MANJI, Firoze, FLETCHER JR., Bill (Eds). *Claim no easy victories. The legacy of Amílcar Cabral*, Dakar: CODESRIA/Daraja Press, 2013, (279-294).

¹⁸ Comissão Nacional das Mulheres da Guiné, *1º Congresso das Mulheres* (Bissau, 3 a 7 de Novembro de 1982), CIDAC, Lisboa, cota GW-M I-2 dossier.

¹⁹ FURTADO, Cláudio. *Desafios teóricos e metodológicos nos estudos de África: possibilidades e limites*. CARVALHO, Maria Rosário, FURTADO, Cláudio, BARBOSA CORREIA Wesley, VINHAS, Wagner (Orgs.). *Estudos étnicos e africanos. Revisitando questões teóricas e metodológicas*. Salvador: EDUFBA, 2014, (pp.19-42 e 30-31).

²⁰ Op.cit (31).

²¹ Comissão Nacional das Mulheres da Guiné, *1º Congresso das Mulheres* (Bissau, 3 a 7 de Novembro de 1982), CIDAC, Lisboa, cota GW-M I-2 dossier, p.10.

população²², tornou-se imprescindível a participação das mulheres não apenas nas tarefas de execução mas também a nível da direção em todos os escalões, inclusive nos órgãos de decisão do movimento, embora neste último caso de forma extremamente limitada.

A criação da União Democrática das Mulheres da Guiné e de Cabo Verde- UDEMU em Conacri (Guiné-Conacri), em 1961, cuja finalidade foi a consciencialização e a preparação política e ideológica das mulheres, bem como o desenvolvimento de uma ação diplomática no sentido da captação de recursos materiais e financeiros para a luta armada, pode ser considerada como uma das principais estratégias de emancipação postas em prática pelo P.A.I.G.C.²³. No entanto, o fato de a organização ter sido criada na vizinha República da Guiné Conacri (quartel general do PAIGC/sede do Secretariado do PAIGC), e portanto fora das áreas libertadas onde as populações e os combatentes criavam *de facto*, numa relação de complementaridade, as bases de uma nova sociedade; o fato de a organização não ter incluído na fase inicial da sua existência uma parte significativa das mulheres guineenses empenhadas nas várias atividades das frentes de combate; o fato de a UDEMU ter assumido sobretudo nesta fase uma função internacional no sentido da captação de recursos materiais e financeiros para o desenvolvimento da luta armada e pouco engajada com as lutas feministas, constituíram fatores de fragilização e de fragmentação da organização enquanto movimento político e que iriam conduzir ao seu desaparecimento em 1966. Boa parte das mulheres, sobretudo as que se encontravam estabelecidas nas mais remotas comunidades rurais, acabariam por ficar à margem da organização feminina do PAIGC, a mesma que supostamente tinha sido criada para responder aos seus anseios, mas fundamentalmente formada por jovens filhas de exilados de guerra na vizinha Guiné Conacri que, em boa parte dos casos, nunca tinham pisado em solo guineense²⁴.

²² De acordo com os censos de 1991 e de 2009 (KARIBE-MENDY, Peter, LOBBAN JR., Richard. *Historical Dictionary of the Republic of Guinea-Bissau* (fourth edition). Scarecrow Press (2013: 423), as mulheres constituem a maioria da população da Guiné-Bissau (52%), em todas as regiões e são a maioria em termos da população economicamente ativa (56%) (Ibidem). No entanto, apesar da preponderância numérica e do papel econômico e social que jogam na sociedade, a posição das mulheres guineenses reflete a condição geral das mulheres a nível mais global: limitado acesso aos postos políticos, às instancias legais, à educação e às oportunidades econômicas.

²³ GODINHO GOMES, Patrícia. Amílcar Cabral and Guinean women in the fight for emancipation. MANJI, Firoze, FLETCHER JR., Bill (Eds). *Claim no easy victories. The legacy of Amílcar Cabral*. Dakar: CODESRIA/Daraja Press, 2013, (279-294).

²⁴ LY, Aliou. Promise and betrayal: women fighters and national liberation in Guinea-Bissau. *Feminist Africa*, Issue 19: Pan-Africanism and feminism, 2014 (24-42, disponível em <http://agi.ac.za/journals>. Acesso em 20 de Outubro de 2015; LY, Aliou. Revisiting the Guinea-Bissau liberation war: PAIGC, UDEMU and the question of women's emancipation (1963-1974). *Portuguese Journal of Social Sciences*, vol.14, 2015 (361-377).

Em 1975, no contexto de Estado independente, a condição das mulheres guineenses caracterizava-se essencialmente por uma notável desomogeneidade. Não obstante os importantes resultados alcançados durante a luta de libertação, o nível de transformação social verificado foi fundamentalmente desigual nas diferentes regiões do país. Ainda menos o fato dessas regiões terem sido formalmente “libertadas” das garras do colonialismo pressupôs a eliminação das práticas coloniais perpetuadas. Assim, por exemplo, paralelamente a situações em que as mulheres assumiam posições de destaque a vários níveis no aparelho estatal, verificavam-se situações de discriminação com base no gênero. Esta realidade exigia, antes de mais, uma análise dos processos históricos na Guiné-Bissau em toda a sua complexidade²⁵.

Mulheres como Lurdes Vaz²⁶ representam, sem dúvida, casos de sucesso do projeto de nova sociedade sustentado durante a libertação. Antiga aluna da Escola Piloto²⁷, tinha concluído o ensino básico em Conacri de forma brilhante, tendo feito parte do grupo dos alunos de “quadro de honra”. Lurdes usufruiu de uma bolsa de estudos da Organização das Mulheres Jugoslavas para estudar Economia em Belgrado, onde concluiu o seu percurso na segunda metade dos anos 1970. Em entrevista afirmou:

[...] eu e o meu atual marido ganhámos uma bolsa para ir estudar na Jugoslávia. Ele estudou agronomia como Amílcar Cabral e eu optei pelo curso de economia. Cabral nos dava a possibilidade de escolher o curso (...) e incentivava a formação das mulheres. Na Jugoslávia fui hospedada num colégio para órfãs; aprendi a língua e prosegui os estudos liceais (...). Era difícil, mas consegui. Concluí o liceu e fiz um curso médio de economia. Terminei os estudos em 1974, quando Portugal reconheceu formalmente a República da Guiné-Bissau. Inscrevi-me na Universidade em Belgrado mas a Direção Superior do Partido tinha decidido que os que tinham terminado os

²⁵ De entre os mais destacados trabalhos sobre a luta anticolonial e o processo de independência na Guiné-Bissau vejam-se em particular DAVIDSON, Basil. *The liberation of Guiné: Aspects of an African Revolution*, Harmondworth, Penguin, 1968 e DHADA, Mustafah. *Warriors at work, how Guinea was really set free*. Niwot: University Press of Colorado, 1993.

²⁶ Entrevista realizada a LurdesVaz em Bissau, 25/11/2009. LurdesVaz foi aluna da Escola Piloto de Conacri entre 1966 e 1971. Em 1990 foi Diretora do Fundo Nacional para o Desenvolvimento do Ministério da Coordenação Económica e Chefe de Gabinete e Assessora Económica da Ministra da Promoção Feminina no primeiro Governo do PAIGC após as eleições de 1994. Em 2004 assumiu o cargo de Secretária de Estado do Turismo e após as eleições legislativas de 2008, que viu o P.A.I.G.C. vencedor, foi nomeada Ministra do Turismo e posteriormente, Ministra da Mulher, Coesão Social e Luta contra a Pobreza. Todas as entrevistas, à exceção de Lurdes Vaz, foram conduzidas em língua crioulo (a língua nacional mais falada na Guiné-Bissau) e posteriormente traduzidas e transcritas em português pela autora.

²⁷ A Escola Piloto foi considerada a “escola modelo” dos internatos do Instituto Amizade do P.A.I.G.C. e estava sediada em Conacri, na República da Guiné. Foi inaugurada em Janeiro de 1965 por Luís Cabral e tinha como principal objetivo promover a formação do “homem novo” culto e livre (sobre a estrutura e funcionamento da Escola Piloto e sobre a formação no contexto da luta armada veja-se GODINHO GOMES, Patrícia. *Os fundamentos de uma nova sociedade : o P.A.I.G.C. e a luta armada na Guiné-Bissau (1963-1973)*. Torino: L’Harmattan Italia, 2010 (97-104).

estudos deveriam regressar ao país e participar na reconstrução nacional. E assim a 31 de Outubro de 1974 já estava em Bissau. Tive como supervisor o Vasco Cabral. Ele tinha sido o meu tutor na escola Piloto e tinha-o seguido como um pai. Em 1975 criámos o “Comissariado da Economia e Finanças”²⁸, então na zona do QG²⁹.

Lurdes Vaz ocupou vários cargos na hierarquia do Estado, chegando a chefiar o Ministério do Turismo e o Ministério da Mulher, após a abertura política³⁰.

Contudo, existem outras histórias como as de Nhima Muskuta Turé³¹ que mostram a “outra face” da libertação na Guiné-Bissau, a das mulheres menos afortunadas cujas oportunidades se limitaram a pouco mais de uma instrução básica nas áreas libertadas. Nascida em 1954, em Gampara (Fulacunda), Setor de Quinara, no sul da Guiné-Bissau, Nhima cresceu na luta. Filha de combatentes, lembra-se de ter sido “recrutada” ainda criança, com apenas nove anos de idade (e contra a sua própria vontade), pelo seu tio Rui Djassi, um dos conhecidos combatentes guineenses. Ainda que não tenha usufruído de uma instrução adequada a que teria certamente aspirado e que lhe teria permitido ascender profissionalmente, e apesar da dureza da guerra colonial, Nhima relata o fato de as mulheres guineenses terem tido um importante desempenho no processo de libertação. Refere a propósito que:

[...] provavelmente poucos sabem que fomos enfermeiras do P.A.I.G.C. [...] Não tínhamos tempo para nada. Tratar dos feridos de guerra, fugir dos bombardeamentos...dormíamos pouco. Os ataques eram dia e noite. De dia tratávamos dos feridos, de noite escondiamo-nos dos ataques nas trincheiras [...] A minha mãe fazia parte de um Comité de Tabanca³²: sensibilizavam as populações, davam arroz. Mas tudo era feito na total clandestinidade, nenhum estranho podia ficar a saber onde estavam posicionados os comités. Esta situação acabou por dificultar também o avanço da luta, que durou tantos anos!³³

²⁸ O termo “Comissariado” corresponde ao atual Ministério. Faz parte da nomenclatura herdada do sistema de governo de inspiração socialista que dominou na Guiné-Bissau na primeira fase do regime de partido único.

²⁹ QG é o nome de um dos bairros da capital guineense.

³⁰ Entrevista a Lurdes Vaz, realizada pela autora em Bissau, 25/11/2009.

³¹ Nhima Muskuta Turé é uma ex-combatente. Foi enfermeira nas áreas libertadas. Em 2009 era enfermeira-chefe no Centro de Saúde de Belém. Nhima Muskuta Turé, entrevista realizada pela autora em Bissau (Guiné-Bissau), 14/10/2009.

³² Comités de Tabanca eram os comités de aldeia responsáveis pela gestão quotidiana das comunidades nas zonas sob o controlo das forças nacionalistas, particularmente em termos de alimentação, da organização do pequeno comércio e dos encontros de mobilização.

³³ Nhima Muskuta Turé, entrevista realizada pela autora em Bissau (Guiné-Bissau), 14/10/2009.

Ao mesmo tempo, Nhima Muskuta Turé reconhece a importância do trabalho desenvolvido por mulheres como Titina Sila, como Carmen Pereira, como Teodora Inácia Gomes e como Francisca Pereira: “foram as primeiras e são as nossas referências. Mulheres como a Titina Sila mostraram coragem e trabalharam tanto quanto os homens. E nós seguimos o exemplo delas.”

Nhima Muskuta Turé era, em 2009, enfermeira-chefe num dos centros de saúde da capital guineense. Nas suas palavras deixou transparecer uma certa desilusão em relação às promessas que o P.A.I.G.C. fez durante a libertação e que não foram cumpridas após a independência, especialmente no que concerne à igualdade de gênero. Frizou, no entanto, a sua gratidão para com o partido que lhe permitiu adquirir o estatuto de cidadã: “serei sempre fiel ao P.A.I.G.C., até ao fim dos meus dias, porque foi graças a esse partido que posso hoje estar entre as pessoas a falar de cabeça erguida, sem complexos. Como nos disse um dia Cabral, *mindjeris di no tchon ka bo n’pina, ka bo burgunhu*”³⁴.

Os esforços realizados pelo P.A.I.G.C. na fase imediatamente sucessiva à independência da Guiné-Bissau foram significativos no que refere às ações práticas de emancipação feminina. Era necessário em primeiro lugar voltar a dar vigor ao movimento feminino. E foi nessa perspectiva que se procedeu à reestruturação e recomposição da organização das mulheres. Como escrevi recentemente:

[...] foi também para responder a estas questões que, em 1975, em Bissau, numa reunião presidida pelo Secretário-geral do PAIGC Aristides Pereira, se criou a Comissão Feminina do PAIGC. Este órgão procurou analisar as condições das mulheres guineenses e caboverdianas, as suas necessidades e os seus interesses, tendo elaborado programas de ação que servissem de base para um trabalho de reorganização do movimento feminista à escala nacional. Nesse sentido, o trabalho de mobilização das mulheres realizado por mulheres revelou ser de fundamental importância (...). Foi efetuada uma importante campanha de sensibilização e de mobilização (...), explicando e esclarecendo sobre os objetivos da criação de uma organização política feminina de caráter nacional³⁵.

³⁴ Mulheres da nossa terra, mantenham-se erguidas, não tenham complexos.

³⁵ GODINHO GOMES, Patrícia. Sobre a génese do movimento feminino na Guiné-Bissau: bases e práticas (1961-1982). GODINHO GOMES, Patrícia, DIOGO, Rosália, DINIZ, Débora, SANTOS, Maria Helena (Orgs.). *O que é o feminismo? Cadernos de Ciências Sociais*, Lisboa-Maputo, Editora Escolar, (13-46).

E seria a Comissão Feminina criada pelo P.A.I.G.C. em 1975 o prelúdio da realização do Iº Congresso da UDEMU, em 1982, momento considerado como sendo o do “renascimento” da organização³⁶.

Admitindo o inegável impacto político positivo e, de certa forma, prático, que o discurso de gênero produzido pelo movimento de libertação teve em termos da mudança de mentalidades, algumas narrativas de mulheres guineenses que participaram de forma direta ou indireta na luta armada, deixam pressupor que as atividades desempenhadas por elas reproduziram *in toto* os papéis sociais e os estereótipos através dos quais se perpetuaram as desigualdades de gênero. É o caso de Nharbate N’Ghada³⁷, membro das milícias populares nas áreas libertadas do sul da Guiné-Bissau, que no seu relato afirmou:

[...] entrei na luta em 1962, ainda muito jovem, como membro das milícias no sul. Depois de ter recebido um breve treinamento militar em Djol³⁸, no norte do país, trabalhei na área da saúde, no grupo que garantia os primeiros socorros aos combatentes, constituído sobretudo por mulheres. Eu estava no mato, por isso não tive nenhum contato com as reuniões clandestinas que se realizavam em Bissau pelos membros do Partido nem participei na distribuição de material de propaganda. Também me ocupava da alimentação dos guerrilheiros. Éramos poucas, por isso nós (as meninas) cozinávamos e os responsáveis encarregavam-se de fazer chegar a comida até aos guerrilheiros³⁹.

Inúmeras vozes femininas “anônimas” como a de Nharbate acabariam por confirmar a minha visão da participação de uma boa parte das mulheres na luta armada e na reconstrução nacional: partilharam objetivos, trabalharam arduamente na construção do Estado independente, mobilizaram homens e mulheres, mas não protagonizaram nem assumiram o controlo da organização das mulheres quando esta surgiu, e ainda menos protagonizaram os processos

³⁶ Após a independência, a UDEMU tornou-se numa das organizações de massa guineenses controladas pelo P.A.I.G.C. no contexto do sistema de partido único. As suas dirigentes foram (e continuam sendo) membros do Comité Central e do Bureau Político do partido (órgãos de direção).

³⁷ Entrevista a Nharbate N’Ghada, realizada pela autora, Bissau, 10/10/2009. Nharbate foi membro das Milícias Populares durante a luta armada da Guiné-Bissau, na zona sul. Entrevista conduzida em língua kriol, transcrita e traduzida posteriormente pela autora em português.

³⁸ Zona do norte da Guiné-Bissau tradicionalmente habitada pela população Mandjaco.

³⁹ Entrevista a Nharbate N’Ghada, realizada pela autora, Bissau, 10/10/2009.

políticos na fase sucessiva ao multipartidarismo. Esta visão encontra aceitação no testemunho de Ana Lopes⁴⁰:

[...] Eu via a participação das mulheres na luta como algo normal. Mas era muito duro, caminhávamos quilômetros para ir buscar água para as necessidades quotidianas dos guerrilheiros e das comunidades (...) participávamos como enfermeiras e estávamos presentes nas intervenções cirúrgicas, acudíamos aos feridos de guerra e prestávamos os primeiros socorros. (...). Nós as mulheres trabalhamos muito e quando chega a hora de atribuir cargos políticos e de responsabilidade a nível do Estado chamam sempre os homens para os ocupar (...). Em relação às campanhas eleitorais, quem trabalha? São as mulheres! São elas a dar a força e a trabalhar para garantir a vitória aos homens, mas quando chega o momento de dirigir, são sempre os homens. Pergunto-me porque as mulheres não comandam? Isto é algo que me faz pensar muito!⁴¹

Os testemunhos de Nharbate N'ghada e de Ana Lopes refletem, em minha opinião, uma reivindicação do lugar das mulheres na história e nos processos políticos da Guiné-Bissau. Chama a atenção para a necessidade de um debate em que se procurem novos pressupostos teóricos e metodológicos de análise, nos quais os conceitos de “matrifocalidade” e de “matricentrismo” se assumem como princípios organizadores da sociedade e inspiram desde mitos de origem até ao agregado familiar, ao modo de organização da produção económica e ao sistema de governação⁴². Na minha perspectiva, este debate deverá reconsiderar as relações sociais endógenas à luz das mudanças verificadas na sociedade guineense, em África e no mundo. Tal exercício pressupõe um esforço contínuo e sistemático de reavaliação dos papéis de género, numa busca contínua de entender até que ponto existe uma dualidade sexual nas atividades económicas e na criação de riqueza. Impõe-se, por outro lado, a necessidade de um diálogo permanente entre as instituições criadas no âmbito do Estado moderno e as realidades sociais locais, não poucas vezes alheias às decisões políticas num passado recente.

Contudo, houve casos em que as mulheres ocuparam cargos de destaque a nível da governação. Nesta ordem de ideias, parece-me relevante a escuta das vozes das mulheres “do Partido”, as que representam “a face feminina” do movimento de libertação e que, em certa medida, encarnam o seu discurso sobre a emancipação feminina. São, por exemplo, as vozes de

⁴⁰ Ana Lopes, entrevista realizada pela autora em Bissau (Guiné-Bissau), 14/10/2009. Ana Lopes é uma ex- miliciana mobilizada em 1973, em Koundara, no leste da Guiné-Bissau, zona fronteiriça com a vizinha República da Guiné, já na fase final da luta de libertação.

⁴¹ Ana Lopes, entrevista realizada pela autora em Bissau (Guiné-Bissau), 14/10/2009.

⁴² Sobre os fundamentos matricêntricos das sociedades africanas e da matrifocalidade veja-se AMADIUME, Ifi, “Theorizing matriarchy in Africa: kinship ideologies and systems in Africa and Europe”, in OYĒWÙMÍ, Oyèrónké (Ed.). *African gender studies: a reader*. Hampshire (England): Palgrave Macmillan, 2005, (83-98).

Carmen Pereira e de Teodora Inácia Gomes, mulheres do PAIGC e símbolos da luta pela emancipação feminina na Guiné-Bissau. Referindo-se à posição das mulheres guineenses no contexto da libertação, Carmen Pereira afirmou:

O Partido lutou contra vários aspetos negativos da nossa tradição e conseguiu eliminar muito deles. Agora já há homens a trabalhar juntamente com as mulheres nos campos (...). Agora as mulheres fazem parte dos comitês de “tabanca”⁴³ e chegam a ser eleitas presidentes (...) os homens já aceitam que as mulheres participem em reuniões e compreendem a importância e porque é que o Partido insiste nessa questão⁴⁴.

Da mesma forma as palavras de Teodora Inácia Gomes confirmam o engajamento das mulheres “do Partido” na luta contra a discriminação de gênero no passado e no presente:

[...] no passado as mulheres não tiveram liberdade suficiente para participar em reuniões em que pudessem ser escolhidas para as atividades partidárias. Mas já foi feito muito trabalho nesse sentido. Já há consciência das mulheres em apresentar candidaturas. As candidaturas são normalmente apresentadas pelas próprias organizações ou pela estrutura partidária na qual trabalham. Como muitas das nossas mulheres trabalham a nível das estruturas dos partidos, é lá que elas são escolhidas. Mas o que é fundamental é entender que nós estamos a fazer um trabalho importante de sensibilização das mulheres para as enquadrar nas estruturas dos partidos para elas estarem prontas a serem escolhidas logo que surjam oportunidades, no parlamento, no governo, nas estruturas regionais, nos institutos ou nos tribunais, porque não existe só parlamento, há outras estruturas⁴⁵.

Em termos discursivos, o tema da emancipação feminina destacou-se como uma das prioridades das políticas sociais do governo pós-independência, o que refletiu de certo modo a continuidade de uma das diretrizes do PAIGC no período da libertação, não se tratando de uma política de concessão do governo. Nessa perspectiva e num esforço de implementação prática dos princípios de emancipação e igualdade de gênero é que se inscreve a criação da Comissão Feminina do PAIGC anteriormente referida e a reorganização da UDEMU.

⁴³ Tabanka é o termo em língua kriol que significa aldeia.

⁴⁴ Carmen Pereira: woman revolutionary. *Sowing the first harvest. National reconstruction in Guinea-Bissau*. Oakland, CA: LSM Information Centre, 1978, (61-66), Centro de Informação e Desenvolvimento Amílcar Cabral-CIDAC, Lisboa, (61). Cota-GW-H I-10.

⁴⁵ Entrevista de Teodora Inácia Gomes realizada pela autora, Lisboa, 25 e 26 de Novembro de 2012.

O novo contexto político: e a luta continua...!

A década de 1980 caracterizou-se por uma profunda crise do Estado pós-colonial na Guiné-Bissau ⁴⁶. Em 14 de novembro de 1980 um golpe de Estado destituiu o então Presidente da República, Luís Cabral (o primeiro da Guiné-Bissau independente) após seis anos de governo (FORREST, 2002). Este golpe, conhecido na história como “Movimento Reajustador 14 de Novembro”, parece ter tido na sua origem uma profunda crise política cujas raízes deverão ser procuradas no contexto do colonialismo, no período da luta pela independência e no imediatamente sucessivo ⁴⁷. Entre os fatores mais salientes referem-se os conflitos internos no seio da direção política do partido bi-nacional PAIGC, as contradições entre guineenses e cabo-verdianos em relação ao projeto de unidade idealizado pelo pai da independência, Amílcar Cabral, mas no fundo não completamente assumido por ambas as partes ⁴⁸. No caso da ala guineense dirigente do PAIGC, viam na “unidade” a perpetuação de uma condição de submissão do povo guineense em relação a um sistema político dominado pela cúpula cabo-verdiana.

No entanto, segundo o depoimento de Nino Vieira, uma das questões mais delicadas que teria levado ao golpe de 14 de Novembro de 1980 esteve intrinsecamente ligada à aprovação da Constituição política de 1980 e à falta de um executivo na Guiné-Bissau. Segundo Vieira:

O 14 de Novembro de 1980 não teve nada a ver com a questão da unidade Guiné-Cabo Verde, nada mesmo. Isso foi interpretado depois como uma “caça aos cabo-verdianos”. Foi provado que assim não tinha sido. A morte do Amílcar prejudicou muita coisa. O Luís Cabral falhou. As pessoas devem compreender que o Luís falhou grandemente! (...). Lembro-me que uma vez em Cabo Verde levantei a questão. Eu era Comissário Principal. Em plena reunião do partido eu disse que a situação na Guiné estava má! (...). O Pedro Pires disse então que era preciso fazer um inquérito para saber o que

⁴⁶ De acordo com Maria Paula Meneses, o pós-colonial enquanto “espaço-problema”, assinala a “persistência de narrativas e concepções construídas no passado e que se mantém no presente de forma imutável”, isto é, conceptualmente, o pós-colonial não significou uma ruptura com o colonialismo, sob a forma do término de regimes formais ou de conjuntos de instituições (MENESES, Maria Paula. Uma perspectiva cosmopolita sobre os estudos africanos: a lembrança e a marca de Aquino de Bragança. CRUZ E SILVA, Teresa, BORGES COELHO, João Paulo e NEVES DE SOUTO (Orgs.). *Como fazer ciências sociais e humanas em África. Questões epistemológicas, metodológicas, teóricas e políticas*. Dakar: CODESRIA, 2012 (85-108, cit.93).

⁴⁷ Sobre o golpe de Estado de 1980 veja-se a entrevista de Nino Vieira concedida à autora em 16/01/2009 e publicada em GODINHO GOMES, Patrícia. *Os fundamentos de uma nova sociedade: o P.A.I.G.C. e a luta armada na Guiné-Bissau (1963-1973)*. Torino: L'Harmattan Italia, 2010, (339-363), em particular (359-362).

⁴⁸ LOPES, Carlos. *Para uma leitura sociológica da Guiné-Bissau*, Lisboa-Bissau: INEP, 1988; DHADA, Mustafah. *Warriors at work: how Guinea-Bissau was really set free*. Niwot Co: University of Colorado Press, 1993.

se estava a passar na Guiné. Outra questão era o da nossa Constituição (...)⁴⁹

Ainda segundo Vieira na Constituição da Guiné era prevista a pena de morte e não havia um executivo. Em 1980, meses antes do golpe, a questão foi discutida em reunião na Guiné-Bissau: “Na reunião do partido, chegou o momento de as pessoas falarem, ninguém disse nada, ninguém teve a coragem de falar. Esse é o mal da nossa terra! Falam nos cantos mas no momento da verdade não o fazem! A questão da Constituição passou na Assembleia sob pressão de alguns dos presentes”⁵⁰.

Certamente a Constituição da Guiné-Bissau de 1980 foi aprovada pelos deputados da ANP, por unanimidade. Contudo, as causas desta atitude e da “não assunção” da unidade por guineenses e caboverdianos devem ser procuradas nas raízes sócio-históricas desses dois povos e nas práticas políticas que dominaram o Estado “pós-colonial”. Mais especificamente, importa analisar com maior acuidade alguns elementos históricos que definiram no curso dos séculos a convivência entre guineenses e caboverdianos inscrita num mais amplo quadro colonial de relações assimétricas de acesso ao poder. Impõe-se, por outro lado, a escuta dos testemunhos que protagonizaram o período imediatamente após a independência, muitos dos quais ainda se encontram em vida, na Guiné-Bissau e em Cabo Verde.

Pese embora a necessidade de um estudo abrangente sobre as causas e motivações do “Movimento Reajustador de 14 de novembro de 1980”, e da cisão política entre Guiné-Bissau e Cabo Verde) e o seu impacto nas relações entre mulheres guineenses e caboverdianas no que se refere à condição feminina, na década de 1980 assistiu-se a uma evolução tendencialmente positiva em termos da representação das mulheres nos órgãos de direção do Partido e de decisão do Estado, embora a participação política das mulheres estivesse estreitamente ligada ao fato de pertencerem à UDEMU e ao P.A.I.G.C.. De acordo com o Relatório do II Congresso da UDEMU de Dezembro de 1988, no qual é analisada a situação geral da sua participação política ⁵¹ e no

⁴⁹ GODINHO GOMES, Patrícia. *Os fundamentos de uma nova sociedade : o P.A.I.G.C. e a luta armada na Guiné-Bissau (1963-1973)*. Torino: L'Harmattan Italia, 2010, (339-363).

⁵⁰ Ivi (359-360).

⁵¹ União Democrática das Mulheres da Guiné-Bissau, *IIº Congresso- Tese nº1: A mulher na vida política da nação*, 4 a 8 de Dezembro 1988, Bissau, Editora Nimba da Direção-Geral da Cultura, 17 pp., Centro de Informação e Documentação Amílcar Cabral-CIDAC, cota: 2530/GW-M I-7 dossier.

processo de desenvolvimento⁵², houve, segundo o discurso oficial, “[...] uma participação crescente e cada vez mais ativa da Mulher na vida política, económica, social e cultural do país”⁵³ entre a Iª legislatura (1973-1976) e a IIª legislatura (1976-1984).

Em termos globais, tanto a nível do poder local como dos órgãos de poder representativo- Assembleia Nacional Popular e Conselhos Regionais-as mulheres estiveram representadas, com percentagens mais ou menos baixas de acordo com as legislaturas e contextos sociopolíticos específicos que as acompanharam. Entre a Iª Legislatura (1973-1976) e a IIIª Legislatura (1984-1989), a presença de mulheres aumentou consideravelmente nos Conselhos Regionais, tendo passado de 8,6% na Iª Legislatura para 10,6% na IIª Legislatura e para 14,4% na IIIª Legislatura⁵⁴. Apesar de globalmente baixa e de se verificar sobretudo a nível das bases, os números mostram uma tendência para um aumento efetivo da participação política das mulheres na IIIª Legislatura. Por outro lado, na Assembleia Nacional Popular, no mesmo período, a sua presença oscilou entre os 15,8% na Iª Legislatura, os 11,3% na IIª Legislatura e os 14,6% na IIIª Legislatura. Comparativamente, a presença de mulheres aumentou mais a nível dos Conselhos Regionais do que no parlamento. Uma das possíveis leituras que se poderão fazer destes dados é a tendência a uma maior representação política das mulheres a nível das bases e uma menor presença em termos de funções de direção, o que de certa forma reproduz as práticas anteriores à independência. Entre as causas figuram o nível de instrução e de formação académica das mulheres no período considerado, bem como questões de ordem demográfica e ligadas à organização social das diferentes comunidades guineenses. Em termos do poder judicial (ou da administração da justiça), a presença de mulheres na III Legislatura (1984-1989) era de 14%, com variações de região para região, em alguns casos significativas⁵⁵.

⁵² União Democrática das Mulheres da Guiné-Bissau, *IIº Congresso-Tese nº3: A mulher na luta para o desenvolvimento*, 4 a 8 de Dezembro 1988, 42 pp., Centro de Informação e Documentação Amílcar Cabral-CIDAC, cota: 2531/GW-M I-7 dossier.

⁵³ União Democrática das Mulheres da Guiné-Bissau, *IIº Congresso- Tese nº1: A mulher na vida política da nação*, 4 a 8 de Dezembro 1988, Bissau, Editora Nimba da Direção-Geral da Cultura, p.12, Centro de Informação e Documentação Amílcar Cabral-CIDAC, cota: 2530/GW-M I-7 dossier.

⁵⁴ Ivi., (14).

⁵⁵ De acordo com o Relatório citado, as regiões onde a mulher estava bem representada eram: Bafata (21%), Biombo (18%), Oio (17%) e Sector Autónomo de Bissau (16,4%). As três regiões do sul, Quinara, Tombali e Bolama/Bijagós representavam juntas apenas 12% das mulheres. Entre as razões apontadas para esse desnível entre as regiões figura o fato de nesse período a população feminina ser inferior à masculina nessas regiões do sul. É também importante considerar o tipo de organização social predominante entre as populações dessa área, isto é, a presença de grupos étnicos com uma estrutura social basicamente de tipo horizontal (sobretudo entre os Balantas e os Nalus), com pouco grau de estratificação social, caracterizada por uma menor propensão ao poder. Ivi (13).

No fim dos anos noventa do século XX, a ideia de um regime democrático estava ainda longe de ter uma aplicação prática na realidade política e social guineense, apesar da sua aplicação formal desde 1994. Neste sentido, as sucessivas tentativas de explorar as diversas vias que pudessem conduzir à instauração de um regime pluralista não tiveram um imediato resultado positivo. Segundo o historiador Fafali Koudawo:

[...] a realidade política se caracterizava por posições contrapostas, nas quais emergiam essencialmente duas linhas: uma que correspondia aos defensores de uma reestruturação profunda do partido no poder capaz de abrir caminho a uma real competição entre as forças políticas emergentes e de um retorno às bases ideológicas e à defesa dos interesses do povo, em conformidade com os princípios da luta. A outra linha política defendia a criação de uma democracia por muitos posteriormente considerada “falsa”, na qual o partido no poder deveria guiar o processo de democratização das instituições. À luz do desenvolvimento político posterior da Guiné-Bissau, provavelmente a via escolhida foi a da “falsa” democracia.⁵⁶

As lutas das mulheres “do partido” continuaram no contexto do multipartidarismo, apesar de nem sempre favorável à sua presença e participação nas organizações políticas e nas instâncias do Estado. Na perspetiva de dar seguimento a uma abordagem a favor da condição feminina para além do discurso produzido, foi aprovada sob proposta da UDEMU, no decurso do IV Congresso extraordinário do P.A.I.G.C. em Fevereiro de 2002, uma resolução que exigia a presença de pelo menos 25% de mulheres nos órgãos do partido e, eventualmente em lugares de destaque a nível das instituições do Estado. No entanto, quinze anos mais tarde, os órgãos do P.A.I.G.C. continuam a ser “esmagadoramente dominados por homens”⁵⁷.

Não obstante os obstáculos e as dificuldades encontrados no seu percurso emancipatório, as mulheres guineenses têm concretizado alguns importantes objetivos. Mais recentemente, a criação da Plataforma Política das Mulheres-PPM em 2008 traduziu-se numa importante conquista em tal sentido. Constituída graças ao apoio técnico e financeiro das Nações Unidas, a PPM é formada por mulheres dos diferentes partidos políticos, por organizações femininas e por organizações da Sociedade Civil (sindicatos, ONGs, organizações religiosas e organizações da comunicação social). Em particular, a PPM teve um papel de destaque durante as eleições gerais

⁵⁶ KOUAWO, Fafali. *Cabo Verde, Guiné-Bissau. Da democracia revolucionária à democracia liberal*. Bissau: INEP, 2001.

⁵⁷ KARIBE-MENDY, Peter, LOBBAN JR., Richard. *Historical Dictionary of the Republic of Guinea-Bissau* (fourth edition). Lanham, Toronto, Plymouth (UK): Scarecrow Press, 2013, (398).

de 2008-2009, graças à definição de uma Agenda Comum para as mulheres amplamente divulgada e assumida pelas diversas forças políticas e ao estabelecimento de um Plano Estratégico Operacional 2013-2016, sua base de ação⁵⁸.

A interrupção da ordem constitucional por via do golpe de Estado de 12 de Abril de 2012 conduziu a um agravamento da já fragilizada condição sociopolítica e económica do país, fundamentalmente dependente das ajudas externas⁵⁹. As conquistas que vinham sendo operadas relativamente às questões femininas, nomeadamente no domínio legislativo (aprovação em 2011 da Lei contra a Mutilação Genital Feminina) e os esforços político-institucionais realizados a favor da prática da equidade de género não encontraram o devido apoio nem espaço na Agenda Política das novas autoridades do país. Não obstante, constatou-se durante o período de transição uma mobilização política da Sociedade Civil guineense sem precedentes, envolvendo sobretudo jovens e mulheres⁶⁰. Estas e outras iniciativas contribuíram de forma significativa para a projeção do discurso público orientado ao desempenho de uma cidadania ativa, no qual se destaca o papel das mulheres e dos jovens na construção da paz. Torna-se, deste modo, necessário criar novos espaços de diálogo, de aprendizagem e de diversidade capazes de sustentar a emergência de novas identidades coletivas em formação na Guiné-Bissau.

A PPM poderá vir a constituir a base de mobilização e de organização das mulheres guineenses no sentido da reivindicação e da negociação da sua posição e da sua função a nível do poder político estabelecido se guiada pelo espírito democrático e pela prática da inclusão. Nesta base, torna-se imprescindível concretizar os objetivos estabelecidos no Plano Estratégico Operacional da Plataforma, com base na sua visão, nos seus princípios orientadores e na sua missão. Mais especificamente, a participação ativa das mulheres na atividade política e nas esferas de decisão dependerá fundamentalmente:

⁵⁸ *Plataforma Política das Mulheres da Guiné-Bissau (PPM-GB)- Plano Estratégico Operacional 2013-2016 "Educar, participar e transformar"*, Bissau, Agosto de 2013.

⁵⁹ Sobre o golpe de 12 de abril de 2012 e das questões e problemáticas concernentes à implementação da Reforma do Setor de Segurança (RSS) veja-se: International Crisis Group, *La réforme du secteur de la sécurité en Guinée-Bissau: une occasion a saisir*, Briefing Afrique n°109, Dakar/Bruxelles, 19/03/2015 (disponível em www.crisisgroup.org; site consultado em Junho de 2015)

⁶⁰ A iniciativa da criação do blog do Movimento Ação Cidadã-MAC em 2012 inscreve-se nesse quadro. O referido blog, constituído por jovens guineenses estabelecidos no país e na diáspora, foi promotor de vários seminários e encontros durante o período de transição e de debates políticos entre os candidatos às eleições legislativas e presidenciais de 2013. Mesmo depois das eleições políticas, o MAC tem organizado diversos encontros e seminários com estudantes, associações de mulheres e comunidades rurais para debater questões ligadas aos conflitos, à instabilidade e ao exercício da cidadania ativa na Guiné-Bissau (para aprofundamento veja-se acaocidada2012.blogspot.com/).

a) da capacidade destas desenvolverem ações de advocacia junto às estruturas de decisão dos partidos políticos para aumentar o número de mulheres como cabeças de lista e/ou nas primeiras posições;

b) da sua capacidade de mobilização nos partidos políticos a fim de se posicionarem nas estruturas de decisão dos mesmos;

c) da capacidade das mulheres candidatas em aumentar a auto-estima e de concretizar estratégias e práticas de comunicação;

d) enfim, da capacidade de monitorar junto do Governo e da ANP a implementação do Programa Nacional para a Igualdade e Equidade de Género-PNIEG.

Destas conquistas dependerá, no essencial, o aumento da representatividade feminina nas instituições políticas e o empoderamento das mulheres.

Reflexões

A luta de libertação na Guiné-Bissau foi um fator histórico de transformação das relações sociais e o seu êxito pressupôs a integração das mulheres no processo, como procurei demonstrar ao longo do texto. São certamente inúmeros os desafios que a Guiné-Bissau enfrentou e que enfrenta na atualidade, entre os quais figuram o colonialismo e o seu impacto, a violência da guerra anticolonial, as causas e as sequelas do “Movimento Reajustador do 14 de novembro” de 1980, a guerra civil de 1998-99 e as constantes ingerências dos militares nas questões políticas, as desigualdades sociais e os constrangimentos econômicos. Estas histórias fazem parte da vida dos cidadãos guineenses, mas existem muitas outras histórias positivas que contribuíram para a formação dos povos da Guiné-Bissau. Essas histórias merecem, tanto quanto as outras, ser narradas e partilhadas.

O país faz parte de África, um continente com as suas complexidades, com as suas heterogeneidades e com os seus aspetos comuns. Impõe-se, então, na minha perspetiva, refletir sobre aquilo a que o escritor nigeriano Chinua Achebe apelou de “equilíbrio das histórias”, chamando a atenção para o fato de que quanto mais histórias escutamos e conhecemos, tanto mais estaremos em condições de ter uma visão holística e correta dos fatos do passado, de forma a podermos analisar com maior objetividade o presente.

Por outro lado, em termos políticos, o novo milênio foi marcado por importantes ações a nível do continente africano, nas quais se destacaram movimentos femininos. A mobilização das mulheres ficou a dever-se, sobretudo, à diminuição drástica dos recursos financeiros destinados aos setores da educação e da saúde; à feminização do trabalho não remunerado e/ou feminização do emprego, assim como aos intensos processos de liberalização em curso nos países “em desenvolvimento”. Na África, numerosos movimentos transnacionais, regionais e internacionais têm emergido, reivindicando entre outros, uma representação paritária na política, equidade de direitos (direito à terra, direitos da família e outros) e direitos de cidadania que buscam melhores opções para as mulheres e para as sociedades de uma forma geral. Como refere a antropóloga espanhola Soledad Vieitez Cerdeño⁶¹, “as africanas lideram hoje a mobilização pela transformação global do mundo a partir de ideias, discursos e práticas próprias”.

O crescente protagonismo feminino e as iniciativas feministas têm favorecido a discussão e ações concretas sobre vários temas de interesse social, entre os quais a violência contra as mulheres e a representação política. Esta mudança de comportamento social corresponde, na minha interpretação, a uma nova forma de cultura política pelas por mulheres. Como procurei discutir neste texto, a Guiné-Bissau não ficou alheia a esse processo de mudança⁶².

É importante conhecer a história dos dominadores e dos detentores do poder nos países africanos, mas é igualmente fundamental que essas histórias sejam narradas a partir do olhar de quem viveu as experiências sob a condição de dominado e de subordinado. No caso da Guiné-Bissau, as “outras vozes” que aqui procurei trazer representam os sucessos e os limites de um processo de libertação que viu como protagonistas as populações guineenses, e, em particular, as mulheres.

Numa tentativa de refletir globalmente sobre o significado dos conteúdos dessas vozes, parece-me fundamental questionarmo-nos sobre o caminho percorrido e a forma como a História da libertação nos vem sendo narrada, e se em alguns casos ela não terá gerado erros de compreensão e/ou de conhecimento. Daí a necessidade de produzir uma história crítica e

⁶¹ VIEITEZ-CERDENNO, SOLEDAD. Gêneros, feminismos e culturas africanas. Repensando os estudos africanos a partir da universidade. GODINHO GOMES, Patrícia (Org.). «Virando a língua». *Encontros e desencontros de lá e de cá do Atlântico. Mulheres africanas e afro-brasileiras em perspectiva de gênero*. Salvador: EDUFBA, 2016 (em publicação).

⁶² Sobre a viragem epistemológica (de conhecimento) e novas construções teóricas nos estudos de gênero em África veja-se AMADIUME, Ifi. *Theorizing matriarchy in Africa: kinship ideologies and systems in Africa and Europe*. OYĒWŪMÍ, Oyèrónké (Ed.). *African gender studies: a reader*. Hampshire (England): Palgrave Macmillan, 2005, (83-98).

construtiva procurando evitar o risco de um paternalismo acadêmico. Nessa ordem de ideias, parece-me útil, para a obtenção de uma visão histórica global do processo de libertação na Guiné-Bissau, ouvir, para além das vozes do PAIGC, outras vozes que de uma forma ou de outra, também deram o seu contributo para esse processo. Mas esse é um exercício que transcende os objetivos deste texto e que faz parte de temas possíveis para futuras pesquisas.

Referência

Fontes:

Entrevistas realizadas pela autora

Teodora Inácia Gomes, entrevista realizada em Lisboa (Portugal), 25/11/2012

Lurdes Vaz, entrevista realizada pela autora em Bissau (Guiné-Bissau), 25/11/2009

Ana Lopes, entrevista realizada pela autora em Bissau (Guiné-Bissau), 14/10/2009

Nharbate N'Ghada, entrevista realizada pela autora em Bissau (Guiné-Bissau), 10/10/2009

Nhima Muskuta Turé, entrevista realizada pela autora em Bissau (Guiné-Bissau), 14/10/2009

Entrevistas publicadas

Carmen Pereira: woman revolutionary. *Sowing the first harvest. National reconstruction in Guinea-Bissau*. Oakland, CA: LSM Information Centre, 1978, (61-66), Centro de Informação e Desenvolvimento Amílcar Cabral-CIDAC, Lisboa, (61). Cota-GW-H I-10

Entrevista de Nino Vieira concedida à autora em 16/01/2009 e publicada em GODINHO GOMES, Patrícia. *Os fundamentos de uma nova sociedade : o P.A.I.G.C. e a luta armada na Guiné-Bissau (1963-1973)*. Torino: L'Harmattan Italia, 2010, (339-363)

Documentos

Comissão Nacional das Mulheres da Guiné, *1º Congresso das Mulheres* (Bissau, 3 a 7 de Novembro de 1982), CIDAC, Lisboa, cota GW-M I-2 dossier

PAIGC, *Rapport sur le role politique-social et économique de la femme en guinée et aux iles du cap vert*, Conacry, 1972, p.5, Fundação Amílcar Cabral, Praia (Cabo verde)

União Democrática das Mulheres da Guiné-Bissau, *IIº Congresso- Tese nº1: A mulher na vida política da nação*, 4 a 8 de Dezembro 1988, Bissau, Editora Nimba da Direção-Geral da Cultura, 17 pp., Centro de Informação e Documentação Amílcar Cabral-CIDAC, cota: 2530/GW-M I-7 dossier

União Democrática das Mulheres da Guiné-Bissau, *IIº Congresso-Tese nº3: A mulher na luta para o desenvolvimento*, 4 a 8 de Dezembro 1988, 42 pp., Centro de Informação e Documentação Amílcar Cabral-CIDAC, cota: 2531/GW-M I-7 dossier

Bibliografia secundária

AMADIUME, Ifi. Theorizing matriarchy in Africa: kinship ideologies and systems in Africa and Europe. OYÉWÚMÍ, Oyèrónké (Ed.). *African gender studies: a reader*. Hampshire (England): Palgrave Macmillan, 2005, (83-98)

CABRAL, Amílcar. A cultura nacional. Mário de ANDRADE (Org.), *Obras escolhidas de Amílcar Cabral-A arma da teoria. Unidade e luta*. Vol.I, 1976, (221-247)

CABRITA MATEUS, Dalila. *A luta pela independência. A formação das elites fundadoras da FRELIMO, M.P.L.A. e P.A.I.G.C.* Mem-Martins: Editorial Inquérito. 1999.

DHADA, Mustafah. *Warriors at work: how Guinea-Bissau was really set free*. Niwot Co: University of Colorado Press,1993.

FURTADO, Cláudio. Desafios teóricos e metodológicos nos estudos de África: possibilidades e limites. CARVALHO, Maria Rosário, FURTADO, Cláudio, BARBOSA CORREIA Wesley, VINHAS, Wagner (Orgs.), *Estudos étnicos e africanos. Revisitando questões teóricas e metodológicas*. Salvador: EDUFBA, 2014, (19-42)

GODINHO GOMES, Patrícia. Amilcar Cabral and Guinean women in the fight for emancipation. MANJI, Firoze, FLETCHER JR., Bill (Eds). *Claim no easy victories. The legacy of Amilcar Cabral*, Dakar: CODESRIA/Daraja Press, 2013, (279-294)

_____. *Os fundamentos de uma nova sociedade : o P.A.I.G.C. e a luta armada na Guiné-Bissau (1963-1973)*. Torino: L'Harmattan Italia, 2010

_____. Sobre a génese do movimento feminino na Guiné-Bissau: bases e práticas (1961-1982). GODINHO GOMES, Patrícia, DIOGO, Rosália, DINIZ, Débora, SANTOS, Maria Helena (Orgs.). *O que é o feminismo?* Cadernos de Ciências Sociais, Lisboa-Maputo: Editora Escolar, (13-46)

_____. Guinea Bissau e Isole di Cabo Verde: partecipazione femminile alla lotta politica. Bianca Maria Carcangiu (Org.), *Donne e Potere nel continente africano*, Torino, l'Harmattan Italia, 2004, (192-244)

International Crisis Group, *La réforme du secteur de la sécurité en Guinée-Bissau: une occasion a saisir*, Briefing Afrique n°109, Dakar/Bruxelles, 19/03/2015 (disponível em www.crisisgroup.org; site consultado em Junho de 2015)

KARIBE-MENDY, Peter, LOBBAN JR., Richard. *Historical Dictionary of the Republic of Guinea-Bissau* (fourth edition). Lanham (Maryland): Scarecrow Press, 2013

_____. Amílcar Cabral e a libertação da Guiné-Bissau: contexto, desafios e lições para uma liderança africana., LOPES, Carlos (Org.). *Desafios contemporâneos da África. O legado de Amílcar Cabral*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 2011, (15-33)

KOUDAWO, Fafali. *Cabo Verde, Guiné-Bissau. Da democracia revolucionária à democracia liberal*. Bissau: INEP, 2001

LOPES, Carlos. O legado de Amílcar Cabral diante dos desafios da ética contemporânea. LOPES, Carlos (Org.). *Desafios contemporâneos da África. O legado de Amílcar Cabral*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 2011, (185-203)

_____. *Para uma leitura sociológica da Guiné-Bissau*, Lisboa-Bissau: INEP, 1988

LY, Aliou. Promise and betrayal: women fighters and national liberation in Guinea-Bissau. *Feminist Africa*, Issue 19: Pan-Africanism and feminism, 2014 (24-42), disponível em <http://agi.ac.za/journals>. Acesso em 20 de Outubro de 2015

_____. Revisiting the Guinea-Bissau liberation war: PAIGC, UDEMU and the question of women's emancipation (1963-1974). *Portuguese Journal of Social Sciences*. vol.14, 2015 (361-377)

MENESES, Maria Paula. Uma perspectiva cosmopolita sobre os estudos africanos: a lembrança e a marca de Aquino de Bragança. CRUZ E SILVA, Teresa, BORGES COELHO, João Paulo e NEVES DE SOUTO (Orgs.). *Como fazer ciências sociais e humanas em África. Questões epistemológicas, metodológicas, teóricas e políticas*. Dakar: CODESRIA, 2012 (85-108)

O'BARR, Jean. African women in politics. HAY, Margaret e STITCHER, Sharon (Eds.). *African women south of the Sahara*. Essex: Longman, 1984, (140-155)

OBENGA, Théophile. *Cheikh Anta Diop, Volney et les Sphinx*. Paris: Présence Africaine/Khépera, 1998 (47-65)

PLUMELLE-URIBE, Rosa Amélia. *La ferocité blanche des non blanches aux non aryens, génocides occultés de 1492 a nos jours*. Paris: Albin Michel, 2001

URDANG, Stephanie. But we have to fight twice. Reflections on the contribution of Amilcar Cabral to the liberation of women. MANJI, Firoze, FLETCHER JR., Bill (Eds.). *Claim no easy victories. The legacy of Amilcar Cabral*. Dakar: CODESRIA/Daraja Press, 2013, (.273-278)

_____. Women in contemporary national liberation movements. HAY, Margaret e STITCHER, Sharon (Eds.). *African women south of the Sahara*. Essex: Longman, 1984, (156-169)

VIEITEZ-CERDENO, SOLEDAD. Gêneros, feminismos e culturas africanas. Repensando os estudos africanos a partir da universidade. GODINHO GOMES, Patrícia (Org.). «Virando a língua». *Encontros e desencontros de lá e de cá do Atlântico. Mulheres africanas afro-brasileiras em perspectiva de gênero*. Salvador: EDUFBA, 2016 (em publicação).

Patricia Alexandra Godinho Gomes: Possui graduação em Relações Internacionais pela Universidade Técnica de Lisboa (1995) e doutorado em História e Instituições da África - Università degli Studi di Cagliari (2002). Atualmente é bolsista de pós-doutorado no Programa de Pós Graduação em Estudos Étnicos e Africanos-*Pós Afro* da Universidade Federal da Bahia e professora colaboradora na mesma instituição. Tem experiência na área de História, com ênfase em história social das mulheres nas resistências anticoloniais e estudos de gênero nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa-PALOP, mais especificamente na Guiné-Bissau e em Cabo Verde.

Artigo recebido para publicação em: Março de 2016

Artigo aprovado para publicação em: Junho de 2016.